

# **O MOVIMENTO DE PROFESSORES(AS) DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO PIAUÍ (1964-1985)**

José Maurício Moreira dos Santos<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo busca trazer alguns apontamentos iniciais sobre o processo de organização do professorado piauiense durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Observamos constituir-se nesse período a partir de uma experiência de luta acumulada anteriormente, entidades associativas que foram essenciais no processo de experiência associativa da categoria, como a APEMOP e APEP, que precederam o Sindicato dos Trabalhadores da Educação Básica Pública do Estado do Piauí (SINTE). A intenção foi, a partir do diálogo com a produção já existente sobre o tema do movimento de professores piauiense, trazer a luz novos fragmentos de experiência de organização e luta dessa importante categoria profissional. Do ponto de vista teórico, o texto está ancorado no conceito de Experiência de E.P. Thompson e, também, nos utilizamos da História Oral como instrumento metodológico com o objetivo de ampliar o leque de fontes trabalhadas.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; experiência associativa; Professores piauienses.

7

## Abstract

The article seeks to bring some initial notes on the process of organizing the Piauiense professorship during the period of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). We observed that in this period, based on a previously accumulated experience of struggle, associative entities that were essential in the teaching of associative experience of the category, such as APEMOP and APEP, which preceded the Union of Workers of Public Basic Education of the State of Piauí (SINTE). The intention was, from the dialogue with the production already exists on the theme of the movement of teachers Piauiense, to bring to light new fragments of experience of organization and struggle of this important professional category. From the theoretical point of view, the text is anchored in the concept of E. P. Thompson's Experience and, also, we use Oral History as a methodological instrument in order to broaden the range of sources worked.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; associative experience; Piaui teachers.

Recebida em: 15.12.2019

Aprovada em: 10.01.2020

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3662424>

---

<sup>1</sup> Professor da Educação Básica Pública, mestre em História do Brasil pela UFPI. Autor da dissertação "União, força e trabalho": classe trabalhadora, mutualismo e sindicatos no Piauí (1900-1945). Email: fwmauricio@gmail.com

## O MOVIMENTO DE PROFESSORES NO PIAUÍ E SUAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA.

O historiador E.P. Thompson (1987) enfatiza que é na experiência histórica que os sujeitos adquirem a consciência, ou seja, se identificam enquanto classe social. Utilizaremos a noção de experiência do historiador inglês E. P. Thompson, à luz de sua aplicação à realidade brasileira elaborada por Marcelo Badaró Matos. Conforme Matos (2009), não podemos compreender o processo de formação de uma classe dissociado dos fatores objetivos, ou seja, foram os elevados níveis de exploração, condicionados pelas péssimas condições de trabalho e de vida, dentro e fora dos locais de trabalho, que criaram as condições para a organização dos trabalhadores brasileiros enquanto classe. Portanto, é no processo de experiência (conflito social) que os trabalhadores amadurecem sua consciência de classe.

Assim, à medida que avançou o processo de urbanização e industrialização na Primeira República (1889-1930), amadureceu uma consciência de classe nos trabalhadores. Foi nesse contexto, que o movimento de professores buscou se organizar na defesa de interesses coletivos para conquistar melhores condições salariais, funcionais e de trabalho. Esse processo de busca por reconhecimento profissional dos docentes da rede pública estimulou a organização das entidades com o objetivo de criar canais legítimos de interlocução junto ao Estado. Segundo Vicentini (2009, p. 95):

“A movimentação de professores na defesa de seus interesses corresponde a um aspecto nuclear da estruturação do seu espaço profissional. Isto porque envolve as iniciativas empreendidas pela categoria para conquistar a possibilidade de se manifestar a respeito de seu trabalho, procurando interferir não só nas tentativas de definir saberes, as práticas e os valores que lhes são próprios, mas também no processo de organização dos sistemas de ensino em que são estabelecidas as condições para o exercício da profissão, inclusive, em termos de reconhecimento financeiro e simbólico. Tais iniciativas, de modo geral, resultam na criação de entidades (associações ou sindicatos)”.

Ademais, é no final do século XIX que surgem as primeiras organizações dos professores espalhadas pelo país. Essas entidades, inicialmente, assumiam características beneficentes e de auxílio mútuo, socorriam os professores em caso de demissões, acidentes e mortes. Ao longo da primeira metade do século XX muitas dessas associações vão transformando a sua natureza associativa. E a partir dos anos 40, após o fim do

Estado Novo, “as associações do magistério primário tomam um novo impulso”. (2009, p.99).

Essa característica do movimento de professores à nível nacional é perceptível no estado do Piauí. Pois nesse mesmo período, é fundado o Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense, que representava os professores do ensino primário. E também foi criada, um pouco antes, na primeira metade da década de 1940, a *Associação Profissional de Professores dos Cursos Primários e Secundários e Classes Anexas* (APPCPS), e nesse mesmo período surge a *Associação de servidores públicos civis do estado do Piauí*. (Romildo, 2012).

Portanto, o movimento de professores no Piauí inicia seu processo de formação ainda durante a década de 1940. Até esse período não existia uma entidade que organizasse a categoria em torno de suas demandas, o que nos leva a crer que antes a organização dos docentes acontecia isoladamente no âmbito de cada escola. A primeira entidade que representou os docentes piauienses foi fundada na primeira metade da década de 1940, sendo denominada APPCPS. Dirigiam a entidade alguns intelectuais como: Claudio Francisco Ferreira (que era latinista, professor e poeta), Wilson Brandão e Celso Barros Coelho (que se destacou como um grande intelectual e jurista do Estado).

Ressalta-se que a primeira entidade dos professores piauienses surge nos anos finais do governo de Getúlio Vargas, portanto no período do Estado Novo. O Piauí nesse momento era governado pela interventoria de Leônidas de Castro Mello, que conduzia o estado com mãos de ferro, censurando jornais, cooptando lideranças sindicais e não permitindo a livre organização dos trabalhadores. (SANTOS, 2011)

Outra entidade que representava os professores era o *Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense* (CERMAP), essa entidade representava apenas os professores primários da rede pública. Apesar do nome, essa entidade também realizou movimentos reivindicativos exigindo melhores salários. Logo no início de 1960, o *Jornal do Piauí*, publicou uma matéria ressaltando o movimento dos professores:

“É por demais compreensível e justa, a extraordinária repercussão que vem tendo presentemente a campanha por melhoria de salário do professor primário piauiense. Um movimento reivindicatório de nobre e justo propósito que há anos encontrou apoio material e adesão de nossos populares”.

Em 1959, a *Associação dos professores secundários* (APPCPS) se transforma em sindicato assumindo uma postura mais reivindicativa em relação aos direitos da categoria.

É nesse contexto que se articula a primeira greve dos professores piauienses que ocorreu em maio de 1964. O *Jornal O Dia*, de 4 de maio de 1964, publicou o edital de convocação da assembleia geral da categoria que se realizou em um prédio localizado na praça João Luis Ferreira, nº 1367.

As pautas prioritárias que foram discutidas na assembleia foi a questão salarial (era exigido um aumento salarial de 150%, o que aumentaria o salário de Cr\$200,00 para Cr\$500,00 por aula) e a apreciação da proposta apresentada pelos estabelecimentos de ensino privados. Ressalta-se que nesse período o sindicato representava os professores de escolas públicas e privadas. Segundo Araujo (2012, p.143), “o movimento foi deflagrado na iniciativa privada e se articulava nos estabelecimentos do ensino público”.

Essa articulação dos professores para deflagração da sua primeira greve foi importante para demonstrar a força da categoria quando se organizava enquanto pertencentes a uma mesma classe, e fazendo uso de seus legítimos mecanismos de pressão social, como a greve. É nesse contexto que se inicia o processo de experiência dos professores com sua entidade classista, através de uma ação mais contundente e reivindicativa. Nesse momento histórico surge também a possibilidade de fundação de um sindicato de professores apenas da rede pública.

Dessa forma, em 1967 é criada a *Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado do Piauí* (APEMOP). O professor Kleber Montezuma afirma que a atuação dessa entidade “abrangeu principalmente os governos de Alberto Silva e Dirceu Arcoverde”. (SANTOS, p.99) A APEMOP foi criada durante a vigência do regime militar e sua fundação ocorreu nas dependências do colégio Liceu Piauiense, em uma reunião realizada em meados de 1967.

Nesse período, em que o movimento de professores dava seus primeiros passos dentro do processo de organização sindical, sua atuação se caracterizava por três objetivos a serem alcançados: “a) Aquisição de uma sede para entidade; b) Conquista da sede social e de lazer; c) Melhoria da situação dos (mestres) dentro dos quadros funcionais do funcionalismo” (2003, p.100).

Infere-se que atuação sindical da entidade não se dava de uma forma independente em relação ao Estado, pois segundo Santos (1986), a sede do sindicato foi doada pelo governo e o terreno do clube social também, demonstrando uma relação de proximidade entre as lideranças do movimento e os governos que administravam o estado no período.

Do ponto de vista representativo a APEMOP representava apenas o professores de nível médio, e os professores do ensino primário já era representados pelo CERMAP.

Essa divisão vai se alterar, com a fundação da *Associação dos Professores do Estado do Piauí* (APEP) em 1973, onde professores da rede pública estadual de todos os níveis passam assim a ser representados sindicalmente pela nova entidade do magistério.

## A RELAÇÃO POLÍTICA ENTRE O MOVIMENTO DE PROFESSORES E OS GOVERNOS MILITARES NO PIAUÍ.

Aqui o nosso objetivo será analisar o movimento de professores no estado do Piauí durante o Regime Militar (1964-1985). As perguntas que nos guiarão, são: Que tipo de relações políticas o movimento de professores manteve como o regime militar? Qual a memória construída pelo movimento no período em estudo? O que sabemos sobre a experiência política dos participantes do movimento que vivenciaram esse período?

É importante que se compreenda a estrutura sindical brasileira para que possamos entender como os governos militares se relacionaram com os sindicatos. Nesse sentido, durante os anos de 1930, foi criada a legislação trabalhista, que se materializou na Lei de Sindicalização e na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), onde os sindicatos perderam sua autonomia, e sua existência dependia do reconhecimento do Ministério do Trabalho. Os trabalhadores foram divididos em categorias, com seus respectivos sindicatos únicos e confederações nacionais por segmentos, criando uma estrutura sindical verticalizada. E não se permitia a formação de centrais sindicais de nível nacional que organizassem o conjunto das categorias trabalhistas. A CLT proibia, também, a sindicalização dos trabalhadores do funcionalismo público.

**11**

“a sindicalização do funcionalismo público era proibida pelo fato de eles serem servidores do Estado. Tal proibição fixada pela CLT foi reproduzida pelos estatutos dos funcionários públicos civis de diferentes municípios e estados brasileiros e foi extinta pela constituição de 1988”. (FERREIRA JR, 1998, p.30 apud VICENTINE e LUGLI, 2009).

Essa estrutura sindical que surgiu durante o governo de Getúlio Vargas foi mantida ao longo dos governos militares. Essa política do governo Vargas de não permitir que os servidores públicos tivessem direito à sindicalização é visível quando analisamos o surgimento do movimento de professores no Piauí. A primeira entidade representativa dos professores piauienses surge nos anos de 1940 com um caráter associativo e somente depois se tornou uma entidade de cunho sindical, de luta por direitos, se constituindo como

um canal legítimo de interlocução entre os trabalhadores e Estado. Sobre a relação entre os sindicatos e o regime militar, Boito (1991, p. 46) evidencia que:

“O sindicalismo brasileiro funcionou, ao longo do período de estabilidade da ditadura militar (1968-1978) como um sindicalismo de governo. Isto é, ademais de se encontrar integrado ao Estado graças às suas características estruturais, o sindicalismo esteve sob o controle direto e estrito dos sucessivos governos”.

Essas características são notadas na atuação sindical da APEMOP (Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Estado do Piauí) e APEP (Associação dos Professores do Estado do Piauí) durante esse período, tendo em vista, que mesmo nos momentos de organização política da categoria, para lutar por direitos, como aconteceu na greve de 1968, o governo intervia na vida sindical da categoria.

Durante grande parte da ditadura Militar, a APMOPI e depois a APEP assumiram uma postura de conciliação e harmonia em relação aos governos. E a constituição de uma estrutura assistencialista na entidade é parte dessa postura que predominou nesse período. Percebemos claramente, essa aproximação do sindicato com essa orientação política do governo quando se ergue o patrimônio da entidade: o clube social do sindicato, a casa de hospedagem, a colônia de férias na cidade piauiense de Luis Correa e o consultório odontológico, com o apoio dos próprios governos que assumiram o controle do Estado no Piauí através de articulações com o regime militar. (SANTOS,1996; BONFIM,1991)

No entanto, em alguns momentos a APMOPI e sua sucessora APEP sofreram com as perseguições dos governos, alternando momentos de aproximação e choque com os governos ditatoriais. De acordo com Carvalho (2006) após o golpe militar de 1964, a repressão se abateu sobre vários setores da sociedade que eram contrários ao golpe, como sindicalistas urbanos e rurais, parlamentares e pessoas que eram acusadas de integrar o Partido Comunista no Piauí.

O Jornal O Dia, que foi publicado dias após o golpe, fez referência à repressão sobre o Partido Comunista em Teresina. A matéria evidencia que havia sido localizada a sede do partido em Teresina, onde foram apreendidos materiais políticos. O jornal traz a lista de pessoas que foram presas:

[...] José Pereira de Sousa, vulgo Zé Ceará, Secretário de P.C. em Teresina e recém-chegado da Rússia de onde trouxe abundante material subversivo.

Honorato Gomes Martins, Acadêmico de Direito, ativo e perigoso líder comunista no seio dos estudantes e Ligas Camponesas, responsáveis pelo prédio onde funcionava a sede do Partido Comunista. Jesualdo Cavalcante Bastos, Acadêmico de Direito e Vereador de Teresina pela Legenda do P.T.B., elemento comunista de grande atuação nas classes operárias, estudantil e ruralista [...]. (JORNAL O DIA, TERESINA, 5 ABR, 1964).

A repressão sobre o movimento sindical brasileiro, após o golpe de 1964, teve como motivação evitar que os sindicatos atrapalhassem o projeto político do governo e da burguesia que o apoiava: ancorado no arrocho salarial e na desnacionalização da economia nacional. A conjuntura econômica dos anos que antecederam o golpe foi de alta inflacionária, o que favoreceu uma defasagem nos salários dos trabalhadores, impulsionando as entidades sindicais a adotarem uma postura mais enérgica em suas exigências. Esse momento possibilitou o crescimento dos movimentos sociais, especialmente do setor sindical. A obra *Brasil: Nunca Mais* pontua que os setores atingidos com mais força pela repressão do governo após o golpe foram os portuários, ferroviários e trabalhadores das empresas estatais. Aponta que nos anos que antecedem o golpe, o Brasil vivia:

13

Numa conjuntura econômica marcada por inflação elevada (para os padrões da época) e num quadro político de crescentes liberdades de organização e participação era impossível impedir o crescimento das entidades sindicais e a representação trabalhista em todos os cantos do país. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2001, p.194).

Em 1968 os professores piauienses realizaram uma greve em pleno regime militar. O movimento dos professores ocorreu em uma conjuntura de recrudescimento do regime autoritário, haja vista, que em dezembro de 1968 foi assinado o AI-5, que proibia atividades ou manifestações públicas com conteúdo político e censurava os meios de comunicações. O Estado não permitia qualquer tipo de interpelação dos movimentos sociais à política aplicada pelo governo.

Nesse sentido, o controle do Estado sobre as entidades sindicais se elevou a tal patamar, que as lideranças da APMOPI tiveram que pedir permissão a várias autoridades para exercer o direito de realizar a greve. Tiveram que falar, antecipadamente, com o Comando das Forças Armadas no estado, o presidente da Assembleia Legislativa, lideranças de partidos políticos, com o prefeito de Teresina e como o Arcebispo Dom Avelar. Na obra, *APEP: Organização, Lutas e Conquistas*, o jornalista José Olímpio Leite de

Castro, relembra alguns momentos importantes da trajetória do movimento de professores no Piauí, inclusive, relatando fatos relevantes sobre a greve de 1968.

Ao longo da década de 1960, o movimento de professores foi se articulando sindicalmente e fundou a APMOPI. Em 1968, em meio a divergências salariais com o governo estadual de Helvídio Nunes, os professores decidem deflagrar o movimento grevista. Essa se tornou a segunda greve do movimento de professores piauienses, mas, de fato, a primeira greve que paralisou as escolas do ensino secundário da rede pública estadual. A greve foi deflagrada em uma assembleia que ocorreu no dia 08 de maio de 1968, no auditório da rádio difusora. E para comunicar a categoria da greve e explicar os motivos que levaram a deflagração da mesma, a direção da entidade divulgou uma nota que dizia:

“Os professores de grau médio dos colégios oficiais desta capital, reunidos em assembleia Extraordinária, tendo em vista a obstinação do governo do Estado em não querer tomar conhecimento da difícil situação da classe, resolvemos, dentro de um clima de ordem e de respeito à autoridade constituída, suspender as nossas atividades a partir da próxima segunda-feira, se até sábado não estiver equacionado o problema pelo poder competente. Lamentamos o prejuízo que tal gesto advirá para os nossos alunos, vítimas, como nós da incompreensão governamental, mas não podemos continuar recebendo NCR\$1,84 por hora aula contra NCR\$ 1,88 do ano passado. É que reivindicamos melhoria salarial e nos responderam com uma redução dos nossos magros salários”. (OLIMPIO, 2003, p.40).

14

A nota do sindicato informava que o motivo da paralisação era a diminuição do valor da hora-aula dos professores e solicitava que o problema fosse resolvido pelo governo. Mas percebe-se que a nota da APMOPI teve o cuidado de não criticar de forma contundente a política salarial do governo estadual e até se coloca de maneira cordial em alguns momentos, como no trecho que diz: “resolvemos, dentro de um clima de ordem e de respeito à autoridade constituída, suspender as nossas atividades” (OLIMPIO, 2003, p.40). Isso demonstra que existia um temor por parte da diretoria do sindicato de enfrentar o governo e sofrer algum tipo de retaliação.

Esse sentimento de receio era predominante entre os membros da direção da APMOPI, haja vista, que a presidente da entidade, professora Cristina Leite, temia que o governo entendesse a nota como uma afronta e, por isso, tentou impedir a sua divulgação nos meios de comunicação. Mas a assembleia votou pela divulgação da mesma, e assim aconteceu. Durante a greve Cristina Leite tenta negociar com o governo o final



do movimento paredista, mas foi impedida e, diante disso, renunciou a presidência da entidade.

Veio no auge do movimento, uma nota da Secretaria de Educação, dizendo que a greve era ilegítima. Então a presidente da Associação suspendeu a greve, e determinou que todos voltassem às aulas. Tal não se deu. O grupo de orientação vermelha e de insuflação exigiu a cabeça de Dona Cristina, e esta foi obrigada a deixar a presidência, passando-a a uma junta Governativa. (OLIMPIO, 2003, p.43).

Essa matéria foi publicada no Jornal O Piauí, e deixa claro o posicionamento autoritário do governo em querer acabar com a greve através de uma nota. É importante destacar que o posicionamento da presidente da APMOPI, Cristina Leite, foi questionado por vários membros da direção que não concordavam com a ingerência do governo sobre o sindicato naquele momento.

E esse grupo, que se tornou oposição à Cristina Leite, tomou posse da direção da entidade e passou a ser perseguido pela repressão do governo, já que circulava pela cidade de Teresina informações que o Coronel Nunes, Chefe do Gabinete Militar do Governo do estado, tinha uma lista de professores “classificados como agitadores comunistas”. Esse discurso anticomunista, segundo a professora Marilu (2009), era desenvolvido pelos setores conservadores no Piauí, antes do golpe militar, quando as lideranças dos movimentos sociais tinham uma postura de oposição ou uma atitude mais ativa no que concerne a organização dos trabalhadores.

Ao discutir sobre a organização dos trabalhadores rurais piauienses e a formação das Ligas Camponesas, a mesma destaca que os jornais e políticos conservadores, ligados aos setores agrários, denunciavam esses movimentos como sendo liderados por comunistas na tentativa de desacredita-los.

Os jornais escritos, em sua grande maioria, principalmente entre os anos de 1960-1964, noticiavam sobre a questão agrária. Percebemos que muitos dos que escreviam nesses jornais: ou eram donos de terras, como o professor Simplício de Sousa Mendes, que herdou de seu pai muitas terras na região da cidade de União ou, simplesmente, eram apoiadores em decorrência da linha editorial do noticioso de que faziam parte, como foi o caso de José Lopes dos Santos, famoso editor de jornais escritos e radiofônicos no Piauí daquela década. E era principalmente através dos meios de comunicação que as representações anticomunistas eram propagadas. (MARILU, 2009, p.3).

As marcas daqueles tempos ainda permanecem presentes nas memórias de professores que foram sujeitos ativos do movimento do durante o período autoritário. A professora Graça Ciríaco, revela como era o trabalho político do movimento:

Nas escolas básicas, esse movimento político não havia, mas à medida que foram saindo alunos da universidade, que já faziam parte dessas organizações dentro da universidade, passaram a trabalhar muito sutilmente dentro das escolas em que trabalhavam. Inclusive nós tínhamos uma orientação partidária que era criar células do partido por local de trabalho. E foi a partir daí que se houve uma contribuição muito grande para se reativar a APEP, que hoje é o SINTE, onde uma série muito grande de companheiros egressos da universidade federal, não só alunos e ex-alunos quanto professor, passou timidamente a trabalhar, e não só a trabalhar, mas a ver quais os alunos que agente poderia confiar e discutir política com eles, discutir a situação econômica, e a situação política, a situação da ditadura militar no Brasil. Era crime, por exemplo, falar em uma constituição para o país, tudo muito difícil, muito complicado.” (CIRIACO, 2011, apud, ARAUJO, 2012).

O depoimento evidencia que muitos militantes que atuaram no movimento de professores já desenvolviam atividades políticas dentro da universidade, já que o movimento estudantil se mantinha ativo no cenário político da época. E deixa claro que esses novos ativistas trouxeram a discussão política sobre a realidade do país para o interior do movimento sindical, mesmo com a repressão do regime. A professora Graça Ciríaco, à época, era militante do PC do B (Partido Comunista do Brasil) e começava a se inserir nas lutas dos professores da rede pública.

Outro personagem importante que iniciou sua militância no movimento de professores nesse período foi o professor Alborino Teixeira. Ele foi professor de ensino religioso da rede pública estadual, e era ligado aos grupos de base da Igreja Católica, como a Pastoral Operária. Essa postura da igreja se desenvolvia através de seus setores progressistas que faziam oposição ao regime militar.

Quando entrei em 1976, já havia movimento de professores.(...) Mas já tinha outros professores ligados à APEMOPI, que era a associação de professores (...) E eles já faziam muito movimento, mas muito tímido, contudo já apontavam..Dizíamos, vamos crescer. Quando a gente entrou para o

magistério nos juntamos com esses professores que já eram mais antigos. (ALBORINO, 2011, apud, ARAUJO, 2012).

Naquele contexto, durante a ditadura militar, um setor progressista da igreja católica se aproximará dos movimentos sociais influenciados, sobretudo, pela Teologia da Libertação. E ao mesmo tempo, com o apoio da igreja às mobilizações populares, ocorre um processo de formação de quadros políticos, ligados à igreja, dentro do movimento sindical. A Pastoral Operária era parte desse deslocamento à esquerda que a igreja realizou. Segundo Rodrigues (RODRIGUES, 1991, p.16).

[...] o dado novo, que viria a alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, foi a “esquerdização” do comportamento da igreja e sua franca oposição ao regime militar e também ao modelo econômico capitalista.

**17**

O surgimento da Pastoral Operária em 1974 é um momento importante desse processo, pois aproxima o movimento popular e o sindical. Com isso, “o bairro tornou-se um local de articulação operária”. (RODRIGUES, 1991, p.17) Pois muitos trabalhadores que frequentavam os grupos comunitários da Igreja se inseriram no contexto das articulações sindicais que ocorriam no período. Assim, podemos deduzir, que a experiência que o professor Alborino vivenciou junto à Pastoral Operária, contribuiu para que ele iniciasse sua militância no movimento de professores.

As entrevistas da professora Graça Ciriaco e do professor Alborino Teixeira são fundamentais para entender as estratégias que o movimento de professores piauiense usou para se consolidar como um agente político ativo naquele contexto de liberdades democráticas suprimidas.

## CONCLUSÃO

Portanto, podemos concluir que a experiência do professorado piauiense também é constituída durante o período da Ditadura Civil- Militar, materializada na construção de suas entidades representativas, suas lutas e reivindicações. Destaca-se também, que após o fim da Ditadura Militar, os trabalhadores do funcionalismo público conquistam o direito a organização sindical e, dessa forma, os trabalhadores da educação Pública do Piauí passam a se organizar no *Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí* (SINTE).

## REFERÊNCIAS:

### *Fontes:*

O DIA. Desbaratado o Partido Comunista, secção do Piauí. Teresina, ano XIV, n. 1209, 5 abr. 1964. p. 1.

### *Bibliografia:*

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BOITO, Arnaldo. **O Sindicalismo Brasileiro nos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Lutas populares pela escola pública e gratuita em Teresina (O caso dos bairros Lourival Parente e Vila São Francisco/sul)** . 1991. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, SP, 1991.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão** : fragmentos de uma memória oculta em meios às tensões entre Igreja católica e o regime Militar em Teresina. UFPI. Teresina, 2006. 229p. Dissertação de Mestrado.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e botequim** . 2º Edição. Campinas. Editora da Unicamp. 2001.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil** . 1º Ed. São Paulo. Expressão popular, 2009.

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos Sociais e participação política** . Teresina (PI), CEPAC, 1996.

NEVES, L. de A. *Memória, história e sujeito: substratos da identidade*. **Revista da Associação Brasileira de História Oral** , v.3, n.3, p. 109-116, jun. 2000.

NORRA, Pierre. **Entre memória e história** : a problemática dos lugares. Projeto história. São Paulo. 10 de dez. 1993.

OLÍMPIO, José. **APEP: Organização, Lutas e Conquistas**. 1ª Edição. Teresina, 2003.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Quem tem medo da Revolução camponesa** : O anticomunismo piauiense e a questão agrária na década de 60. 2009.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. **Estudos Históricos** , Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: A Utopia da Cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais sindicais*. In: BOITO, Arnaldo (org). **O Sindicalismo Brasileiro nos 80** . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** . Rio de Janeiro. Paz e terra. 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** . Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil** : representações em disputa. Paula Perin Vicentini e Rosario Luigli. São Paulo:Cortez, 2009.

ARAÚJO, Romildo de Castro. **A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí. (1942-1982)**. Dissertação (Mestrado em Educação. UFPI. 2012.

KOURY, Yara Aun. **Narrativas Orais na Investigação da História Social** . Exposto no I Encontro PROCAD, PUC. 03 a 15/05/01.

**19**

SANTOS, Kleber Montezuma Fagundes dos. **Movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina (1972-1982)** . Teresina: Halley S/A. Gráfica e Editora. 1986.